

Credores recebem bem anúncio do pagamento de juros

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — O embaixador Jório Dauster, negociador da dívida externa brasileira, chegou no meio da tarde de ontem à capital americana para retomar as conversas do governo Collor com o Fundo Monetário Internacional — que até agora não aprovou a carta de intenções do país, entregue em agosto. Um selo de aprovação do FMI não apenas serviria como importante endosso institucional às reformas propostas pelo governo, como fatalmente melhoraria a posição do Brasil nas negociações com os bancos credores.

Dauster desembarca em Washington, desta vez, com uma ação concre-

ta que responde às preocupações, expressadas tanto pelo Fundo como pelos governos credores e banqueiros, de que o país estaria “embromando” os credores privados e evitando normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional. A ação concreta, no caso, refere-se ao anúncio feito aos banqueiros na segunda-feira em Nova Iorque, de que o Brasil se comprometia, unilateralmente, a pagar 30%, ou US\$ 490 milhões, dos juros de sua dívida que vencerão nos três primeiros meses de 1991.

Na ocasião, Dauster avisou também ao presidente e vice-presidentes do comitê dos bancos que o governo Collor iria liberar o acerto de contas das dívidas privadas com bancos in-

ternacionais até agora retidas no Banco Central. A atitude brasileira está sendo interpretada como um golpe de mestre nos meios financeiros. “Ela acaba com a falsa percepção de que o Brasil não quer pagar nada”, afirmava, na segunda à noite, o embaixador.

Com uma só penada, o Brasil deu um passo importante para acabar com um dos argumentos que carregava de emoção suas conversas com os bancos privados, e que estes usavam para pressionar os governos credores e o FMI a não aprovar a carta de intenção apresentada pelo país. “Se isto vai ser mesmo um golpe de mestre, só o tempo vai poder dizer”, analisou uma fonte financeira baseada nesta cidade. “Se a medida ajudar

a desanuviar o ambiente com os banqueiros e abrir caminho no Fundo, por exemplo”.

De todo modo, a mesma fonte diz que a cartada em si já traz alguns benefícios. Nem que seja aquele decorrente do fato de que, pela primeira vez desde iniciadas as conversações, os banqueiros tiveram que reconhecer alguns méritos pelo lado brasileiro. Eles continuam reclamando dos juros, da idéia de o país querer renegociar sua dívida a longo prazo, com base no conceito de limite de pagamentos, mas são forçados a enxergar no gesto brasileiro um ato de boa vontade com os bancos.

“É natural que eles continuem a exigir os atrasados”, dizia ontem

Dauster, ao fim de mais uma rodada de conversas com a chefia do comitê, em Nova Iorque. “Mas sem dúvida vêem este anúncio do Brasil como um passo importante.” Dauster admite que questões fundamentais da renegociação estão longe de serem resolvidas. “Mas pelo menos agora temos uma espaço de três meses para rediscuti-las.” O embaixador admite também que o gesto vai ajudar as conversas do Brasil com o Fundo.

“Mas não foi de olho nela que resolvemos tomar esta medida de pagar uma parte dos juros que vencem no primeiro trimestre de 91”, afirma. Dauster garante que o Brasil terá condições de desembolsar o dinheiro sem prejuízo ao plano de reformas do

governo. “Isto está muito bem equacionado e dentro de nossa visão sobre os limites de desembolso que o Brasil enfrenta”, diz, lembrando mais uma vez o caráter importante que isso terá para desfazer a percepção de que o país é intransigente.

“No nosso dicionário não existe a palavra intransigência”, afirma o diplomata. Na verdade, era isso que o Brasil queria dizer ao propor pagar, até o fim deste ano, US\$ 940 milhões dos US\$ 8,4 bilhões que deve aos banqueiros em juros atrasados. Diante da recusa destes em aceitar a proposta, o país se adiantou e fez outra, que mandou a mesma mensagem, só que pela metade do preço.